

# A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ

## *YOUTH AND ADULT LITERACY IN THE CENTRAL REGION OF PARANÁ*

**Marcio José de Lima Winchuar**

Mestre/Unicentro

mwinchuar@gmail.com

**Cláudia Machado Aguera**

Licenciada/Unicentro

marciounicentro@gmail.com

### **RESUMO**

Este artigo realiza uma breve análise do programa “Paraná Alfabetizado” na região central do estado do Paraná. O programa concentra-se em atender a jovens e adultos que, por algum motivo, não foram alfabetizados na idade adequada. Para isso, a pesquisa fundamenta-se em autores como Strelhow (2010), Gadotti (2009), Freire (2005), Souza (2007; 2012) e Silva (2013). Primeiramente, apresenta uma breve revisão bibliográfica, apontando programas de alfabetização de adultos no Brasil, a partir de meados do século XX. Em seguida, traz dados de uma pesquisa exploratória, em movimento, referente a municípios da região central do Paraná. Por fim, conclui o trabalho e evidencia a necessidade da criação de políticas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos e/ou a ampliação de projetos já existentes, que visam à superação do analfabetismo na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização, Paraná Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos.

### **ABSTRACT**

The following paper develops a brief analysis of “Paraná Alfabetizado” program in the central region of Paraná. This program focuses itself in assisting young people and adults that, for some reason, were not taught how to read and write, considering their adequate age for it. Thereby, this research is based on the literature of Strelhow (2010), Gadotti (2009), Freire (2005), Souza (2007; 2012), and Silva (2013). Firstly, it presents a brief bibliographic analysis, which points out adult literacy in Brazil in the mid of 20<sup>th</sup> century. Secondly, it provides information on an exploratory research in action regarding cities from the central region of Paraná. Finally, to conclude, it emphasizes the need of implementing new policies in the scope of Youth and Adult Education and/or to extend existing projects, which aim at overcoming illiteracy in the region.

**KEYWORDS:** Literacy, Paraná Alfabetizado, Youth and Adult Education.

## 1 Introdução

O acesso à escola e à alfabetização é um direito de todo cidadão brasileiro, previsto na Constituição Federal de 1988. Entretanto, grande parte da população não usufrui desse direito. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 8,3%<sup>1</sup> da população com quinze anos ou mais é analfabeta, ou seja, não sabe ler, tampouco, escrever, sem considerar aqueles analfabetos funcionais, os quais não compreendem textos simples.

Nesse contexto, superar o analfabetismo no Brasil é um grande desafio que ainda precisa ser alcançado. Políticas e programas de alfabetização de jovens e adultos foram criados nos últimos anos com o objetivo de solucionar essa situação. Dois exemplos de programas são: “Brasil Alfabetizado” e “Paraná Alfabetizado”. Ambos renderam expectativas de superação do analfabetismo no país. Porém, com as transições políticas federais e intervenções estaduais, em algumas regiões os programas se encontram em situações fragilizadas.

Para superar o analfabetismo no país, é importante a implementação não só de programas que ofereçam a educação para aqueles que não tiveram acesso a ela na idade adequada, como também ações que incentivem a permanência de sujeitos em sala de aula. Além disso, é primordial proporcionar aos estudantes tanto a leitura das letras quanto uma formação humana, ou seja, a partir de um olhar de Freire (1989), promover a leitura do mundo e um olhar crítico a sociedade.

Considerando a importância de programas de alfabetização de adultos, o objetivo deste artigo é apresentar o “Programa Paraná Alfabetizado”, bem como verificar se o mesmo tem alcançado seus objetivos na região central do Paraná, enquanto uma ação que busca alfabetizar jovens, adultos e idosos que, por diversos motivos, não tiveram acesso à educação escolar na idade adequada.

Primeiramente, uma breve revisão bibliográfica será apresentada, evidenciando alguns dos principais programas de alfabetização implementados no Brasil, a partir de meados do século XX. Em seguida, serão apresentados dados de uma pesquisa exploratória em movimento, referente aos anos de 2011 a 2015, nos municípios da

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: 02 de jan. 2017.

região central<sup>2</sup> do estado do Paraná, tais como: Campina do Simão, Candói, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Pinhão, Reserva do Iguaçu e Turvo. Por fim, será demonstrada a importância da criação de políticas educacionais no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (doravante, EJA), bem como a ampliação de políticas, programas e projetos já existentes que visam à superação do analfabetismo na região supracitada.

## **2 Breve Histórico da Alfabetização de Adultos no Brasil**

A história da EJA no Brasil é marcada por vários momentos de transformações, relacionados à situação política, econômica e social do país. É recente o reconhecimento dessa modalidade como uma forma de continuação da escolaridade básica (STRELHOW, 2010). Para se entender melhor essa trajetória, tem-se como ponto de partida o final da década de 1940, quando “A primeira Campanha de Educação de Jovens e Adultos (CEA) ou de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi criada. (SOUZA, 2007, p. 30). Paiva (1987, apud SOUZA, 2007), aponta que uma das características centrais da campanha acenava a possibilidade de preparo de mão de obra alfabetizada nas cidades, além de constituir-se como um instrumento de melhoria dos índices de analfabetismo no Brasil, atuando em combate ao marginalismo social. Em meados do século XX,

[...] difundia-se a ideia de que o adulto analfabeto era incapaz ou menos capaz do que o adulto alfabetizado, portanto era objetivo integrar o homem marginal aos problemas da vida cívica e buscar a unificação da cultura brasileira (SOUZA, 2007, p. 30).

A CEA é marcada como a grande primeira campanha de massa para a educação de adultos. O programa pautava-se no ensino de técnicas de leitura e escrita, de alfabetização em três meses e o curso primário em dois períodos de sete meses de duração. Além disso, deveria oferecer capacitação profissional às comunidades por meio das chamadas ações de profundidade. O programa foi extinto em 1963 (SOUZA, 2007).

Já na década de 1950 foi lançada a campanha nacional de erradicação do analfabetismo. O programa previa o aprofundamento de estudos relacionados a problemas sociais, econômicos e culturais, transformando escolas em centros de reuniões da população local. O programa durou uma década e foi extinto em 1961

---

2 Trata-se de alguns municípios das regiões Central, Centro-Sul e Centro-Oeste do Paraná.

(SOUZA, 2007). Vale destacar o Movimento de Educação de Base (MEB) que, a partir de 1961, passou a atuar na EJA. Tratava-se de um convênio entre governo federal e conferência nacional dos bispos do Brasil, em que as aulas eram elaboradas pelas equipes centrais e transmitidas pelas escolas radiofônicas, relacionando os conteúdos às atividades dos alunos e promovendo debates. Na mesma década destaca-se, ainda, o movimento de cultura popular (MCP) no Recife, que propunha a criação de escolas para o povo, a partir de convênios com associações de bairros, igrejas e entidades esportivas. O MCP tinha como meta elevar o nível cultural das massas, a alfabetização e o contato delas com o teatro, a música, a cultura popular, a dança e o artesanato, por exemplo (SOUZA, 2007).

Nesse momento, uma nova perspectiva de educação ganha espaço, trazendo consigo uma pedagogia voltada para as necessidades das classes sociais mais inferiores e fundamentada nos estudos de Paulo Freire. Essa nova proposta, conhecida também como educação ou pedagogia libertadora, buscava uma libertação da condição de oprimido e da marginalidade, considerando a vivência e a realidade dos sujeitos. A partir de Strelhow (2010), podemos citar vários movimentos sociais criados nesse período, entre eles, destacamos o “Movimento de Educação de Base” (1961), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha “De Pé no chão Também se Aprende” (Prefeitura de Natal), os quais, ainda segundo o autor,

[...] procuravam reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, considerando assim, a pessoa não alfabetizada uma produtora de conhecimento. Com a grande repercussão desses movimentos de alfabetização popular, foi encerrada a CNEA e no mesmo ano Paulo Freire foi indicado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação. No entanto, com o Golpe Militar em 31 de março de 1964, esse plano foi interrompido (STRELHOW, 2010, p. 54).

Nath (2004) salienta que a pedagogia de Paulo Freire nasce nesse clima de mudança no início dos anos sessenta. A Educação Popular é articulada à ação política junto aos grupos populares, dos quais destaca estudantes, intelectuais, pessoas ligadas à igreja católica e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esses grupos, nesse momento, desempenharam um papel significativo em um contexto de luta por

uma educação crítica e libertadora, estando na contramão de um regime dominante e autoritário.

Para Gadotti (1989), Paulo Freire destaca-se por ser um educador humanista e militante. Sua concepção de educação parte sempre de um contexto concreto para responder a esse contexto. A concepção de educação freireana estava embasada numa pedagogia libertadora, a qual propõe a libertação da classe trabalhadora por meio da desalienação e da conscientização; uma educação através do diálogo. Ainda conforme o autor,

[...] o diálogo é uma relação horizontal. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança. Ele retoma essas características do diálogo com novas formulações ao longo de muitos trabalhos, contextualizando-as. Assim, por exemplo, ele se refere a experiência do diálogo, ao insistir na prática democrática na escola pública: “É preciso ter a coragem de nos experimentarmos democraticamente” (GADOTTI, 1989, p. 66).

O diálogo, nesse contexto, é pressuposto para ler e pronunciar o mundo, tendo em vista que “[...] é uma exigência existencial”. É dizendo a palavra e pronunciando o mundo que “os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 2005, p. 91). Pensar o diálogo, nessa conjuntura, é considerar um processo de troca de ideias, de interação entre sujeitos, de conversa, de colocar-se no lugar do outro e enquanto sujeitos ativos e críticos no mundo. Nesse processo, o diálogo pode ser visto como uma prática promotora de libertação, o que contribui para que sujeitos revisitem seu mundo e tenham condições de transformá-lo, uma vez que “[...] existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2005, p. 92).

Paulo Freire ganha destaque nesse processo de libertação e humanização de sujeitos. Entretanto, mesmo sendo o responsável por desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização, com o golpe militar de abril de 1964, ele foi exilado. Sendo assim, logo após, foi criado pelo próprio governo um novo programa conservador e doutrinário denominado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Esse novo modelo de programa atendia a concepção de educação de adultos fornecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1958.

Desconsiderava a migração rural-urbana que era intensa naquele momento, focando em um modelo industrial-urbano com padrões capitalistas de produção e consumo. Foram 15 anos de Mobral com poucos avanços, sendo que “[...] das quarenta milhões de pessoas que frequentaram o movimento, apenas 10% foram alfabetizadas” (PARANÁ, 2006, p. 18).

O MOBREAL, de acordo com Strelhow (2010, p. 55), visava “[...] restabelecer a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil”. Nesse período, segundo o autor, houve recrutamentos de alfabetizadores sem muita exigência, ou seja, alastrava-se a ideia de que, para educar um sujeito adulto era necessário ser apenas alfabetizado, sem entender o método pedagógico. Nesse sentido, é notória, por meio da desvalorização docente, a continuidade de precarização educacional.

Em 1985, com a Nova República, foi abolida a política da EJA do período militar, acabando com o Mobral e criando a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar). O fim do Mobral foi marcado

[...] por denúncias sobre desvios de recursos financeiros, culminando numa CPI (Comissão Parlamentar de Investigação). Muitas pessoas que se alfabetizaram pelo Mobral acabaram desaprendendo a ler e escrever (STRELHOW, 2010, p. 55).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, trazendo algumas importantes determinações, as políticas da modalidade da EJA ficaram mais evidenciadas, pois a Constituição assegura em seu artigo 208 o direito à educação de todos os cidadãos brasileiros:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Nesse momento, estados e municípios se responsabilizaram pelos orçamentos da escolarização desse público com o aumento da oferta da EJA. Porém, em 1990, com a extinção da Fundação Educar, o governo federal se omitiu nas ações de financiamento

para a EJA, acabando, assim, com os programas de alfabetização existentes até o momento (PARANÁ, 2006).

Quando se fala em EJA, não se refere apenas ao ato de ensinar e sim, permitir que pessoas que não tiveram oportunidade de estudar possam retornar aos estudos e recuperar o tempo perdido. A educação é um direito do cidadão e fundamental para a formação do ser humano e para sua vida. Direito este que não pode ser negado às pessoas na sociedade.

Segundo Gadotti (2009, p. 14), a despeito da idade, a educação “é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na chamada ‘idade própria’ e negar uma nova oportunidade a eles é negar-lhes, pela segunda vez, o direito à educação”. Portanto, é preciso oportunizar ao cidadão o acesso ao conhecimento escolar, seja qual for sua idade, pois esse é um direito que deve ser valorizado. O sujeito quando deixa a escola, seja qual for o motivo, já passou, provavelmente, por discriminações e preconceitos da sociedade. Sendo assim, no momento que tem na sua segunda oportunidade para retornar, deve ser acolhido pelas instituições de ensino.

Voltando à trajetória de luta, outro marco importante nas Políticas da EJA, ocorrido na década de 1990, foi a efetivação da nova Lei n. 9394/96. Esta lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), em que a EJA é, então, considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio. Segundo a lei, no seu artigo 37, a EJA

[...] será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º-A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996).

A conquista da LDB é considerada um marco para a educação brasileira, sobretudo, a educação de Jovens e Adultos, uma vez que garante o direito à educação àqueles que não tiveram acesso na idade própria. Nesse sentido, a EJA, mesmo a passos

lentos, ganha força na tentativa de superação da problemática vivenciada no país, que no final do século XX, ainda, contava com um grande número de analfabetos<sup>3</sup>.

De acordo com Souza (2012), em 1998 foi criada a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS). Esse programa esteve presente desde 1997 nos municípios brasileiros com os maiores índices de analfabetismo. A entidade proporcionou maior autonomia para a captação de recursos destinados ao programa que foi desenvolvido em parcerias mantidas com o Ministério da Educação e empresas, pessoas físicas, organizações, governos municipais e estaduais. “Até o final de 2004, cerca de cinco milhões de jovens e adultos haviam sido atingidos [...]” (SOUZA, 2012, p. 161).

A partir daí, começam a surgir discussões ao redor do tema da EJA, impulsionando a criação e promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, é importante destacar o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), previsto na Constituição de 1988 e na Lei n. 9394/96, que propõe algumas metas que objetivavam a superação do analfabetismo, a qualidade de ensino, a universalização do atendimento escolar, a formação para o trabalho, bem como a promoção humanística, científica e tecnológica do país (SOUZA, 2007).

Nesse âmbito, apresenta-se um conjunto de metas proposto pelo PNE de 2001 que voltam-se ao processo de alfabetização, na tentativa de confrontar esses dados, posteriormente, com os coletados nas análises:

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a **alfabetizar** 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, **erradicar o analfabetismo**. 4. Estabelecer programa nacional, para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de **alfabetização** e de ensino e exames para **jovens e adultos**, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. 6. Realizar, anualmente, levantamento e avaliação de experiências em **alfabetização de jovens e adultos**, que constituam referência para os agentes integrados ao esforço nacional de **erradicação do analfabetismo**. 9. Instar Estados e Municípios a procederem um mapeamento, por meio de censo educacional, nos termos do art. 5º, §1º da LDB, da **população analfabeta**, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho, visando localizar e induzir a demanda e

---

3 Conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico de 2000. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população (BRASIL, 2001, p. 41-42, grifos nossos)<sup>4</sup>.

A partir das metas supracitadas, nota-se a “preocupação” do plano em atender a uma demanda da população que não teve acesso à escola e à educação na “idade adequada”. Entretanto, Souza (2007) menciona, a partir do relatório do VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que as iniciativas públicas ainda são tímidas diante da grande demanda encontrada no país. Destaca-se que, articulados a essas metas, há outras que visam melhorias na formação docente, no financiamento da educação e na infraestrutura, de modo geral. Estes fatores são considerados indispensáveis para a efetivação de novas políticas.

### **3 O programa Paraná Alfabetizado na região Central do Paraná**

No âmbito do processo de alfabetização, destaca-se a criação do programa Brasil Alfabetizado. De acordo com o portal do Ministério da Educação - MEC<sup>5</sup>, desde 2003, este programa é destinado à alfabetização de jovens, adultos e idosos, “[...] é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade”. O programa é desenvolvido em todo o território nacional. Entretanto, prioriza municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. Os municípios contemplados com o programa recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando à oferta de estudos aos sujeitos analfabetos.

Para Friedrich et al. (2010, p. 401), “a criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu concomitantemente a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA”. Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica, oferecendo formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos. Segundo, o PROJOVEM, voltado a jovens de 18 a 24 anos, com escolaridade superior ao 5º ano, mas com o ensino fundamental incompleto e sem vínculo formal de trabalho. Terceiro, o Programa de Integração da Educação

---

4 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>> . Acesso em: 26 ago. 2016.

5 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17457-programa-brasil-alfabetizado-novo>> . Acesso em: 26 ago. 2016.

Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio (FRIEDRICH, et al, 2010).

Consoante com o cenário brasileiro, no ano de 2000, o Paraná contava com uma população de 649.705 pessoas não-alfabetizadas com 15 anos ou mais, o que representava 9,5% da população paranaense, distribuída em 7,5% na área urbana e 14,3% no campo, de acordo com o censo do IBGE do ano de 2000. De 1993 a 2003, a Secretaria de Educação do Paraná (SEED-PR) financiou ações de alfabetização realizadas em parceria com Organizações Não-Governamentais no Paraná (PARANÁ, 2006).

A partir de 2004, em parceria com o Governo Federal, o estado do Paraná criou o Programa Paraná Alfabetizado, com a proposta de superar o analfabetismo no Estado, alfabetizando cidadãos com 15 anos ou mais, que não tiveram oportunidade ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e escrever, garantindo a alfabetização de todos os jovens, adultos e idosos do Paraná. Os objetivos do programa são:

Universalizar a alfabetização aos jovens, adultos e idosos paranaenses não alfabetizados com 15 anos ou mais, na perspectiva da superação do analfabetismo, garantindo o acesso à leitura e à escrita como direito à educação básica e como instrumentos de cidadania. E respeitando a sua diversidade sociocultural, e reconhecimento de suas expressões de educação e cultura popular. Possibilitar condições para a continuidade da escolarização aos egressos alfabetizados através de ações conjuntas com as Secretarias Municipais de Educação, garantindo a EJA Fase I do ensino fundamental. Constituir acervo literário voltado à população jovem, adulta e idosa em processo de alfabetização, através de livros públicos produzidos com autoria dos educadores e educandos. Articular ações governamentais buscando garantir à população em processo de alfabetização o acesso às demais políticas, benefícios e serviços sociais públicos, de forma a superar as diversas situações de exclusão em que se encontra a população não alfabetizada (PARANÁ, 2009)<sup>6</sup>.

De acordo com Silva (2013), o programa é uma maneira de resgatar a dívida social do Brasil com os cidadãos que não tiveram acesso à escola e uma maneira de darem continuidade a esse processo de escolarização. Ademais, o programa objetiva “a superação dos índices de analfabetismo no estado. E, ao possibilitar parcerias com o

---

<sup>6</sup> Portal Eletrônico da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=171>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

governo federal e o municipal, articula-se com as demais políticas sociais na luta contra a pobreza e a exclusão social” (SILVA, 2013, p. 28).

Com relação à organização das turmas de alfabetização, podem ser formadas no decorrer do ano, através de chamadas públicas tanto dos alfabetizandos como dos alfabetizadores. Estipula-se um período entre 240 e 320 horas, que podem ser desenvolvidas em 10 horas semanais. Essas turmas podem se reunir para estudar em escolas estaduais ou municipais, centros comunitários, sedes dos sindicatos, salões de igrejas, dentre outros espaços (PARANÁ, 2009).

A seleção para os alfabetizadores do programa é feita por meio de editais públicos<sup>7</sup> que são organizados pela SEED-PR, cumprindo os seguintes critérios: professores das diversas áreas do conhecimento, vinculados às redes públicas estadual ou municipal de educação, e/ou professores habilitados nas várias áreas do conhecimento, mesmo sem vínculo com as redes públicas de educação ou Educadores populares com ensino médio concluído, residentes em locais de difícil acesso (acampamentos ou assentamentos, vilas rurais, ilhas, terras quilombolas, terras indígenas, dentre outros), para alfabetização nestes locais (PARANÁ, 2009).

Também é feito um acompanhamento com as turmas de alfabetização pelos coordenadores locais de alfabetização os quais são profissionais da Educação que podem participar do programa. Eles também têm a função de garantir a formação continuada dos alfabetizadores, organizar a documentação dos alfabetizandos, fazer reuniões semanais ou quinzenais com carga horária de 8h/mês, bem como fazer visitas às turmas de alfabetização para observar, orientar e avaliar o processo de alfabetização (PARANÁ, 2009).

De acordo com a SEED-PR, por meio de sua página eletrônica, os alfabetizadores e coordenadores locais de alfabetização participam de momentos de formação inicial e continuada (FIC), promovidos pela própria SEED-PR, tais como: curso de FIC de alfabetizadores e coordenadores locais, com carga horária de 30 horas; grupos de estudos de FIC de alfabetizadores e coordenadores locais, realizados nos municípios, contando com a TV Paulo Freire, totalizando 30 horas; reuniões pedagógicas de formação continuada, realizadas pela coordenação local de

---

<sup>7</sup> Edital de seleção de alfabetizadores e educadores 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/2017/edital632017gsseed.pdf>>. Acesso em: 09 abr. de 2018.

alfabetização, nos municípios, com o total de 64 horas/anuais; oficinas descentralizadas de formação continuada das coordenações locais de alfabetização nos polos alfabetização de jovens, adultos e idosos, contando com a participação de educandos com duração de 30 horas e oficinas de produção de materiais de apoio pedagógico<sup>8</sup>.

Silva (2013) destaca três pontos que norteiam as ações do Programa Paraná Alfabetizado e que buscam também ser implementados na educação nacional. São eles: (1) valorizar o sujeito; (2) buscar uma educação que vá além da técnica e (3) proporcionar uma educação libertadora. Ademais, esses fatores devem fazer parte de uma educação democrática. Ao trabalhar esses aspectos, o Programa dá margem para que outros direitos também sejam garantidos, como continuidade dos estudos, busca por saúde, segurança, trabalho, entre outros direitos. Nessa conjuntura, o programa

[...] assume um caráter mais avançado que as antigas campanhas e deseja buscar ampliar a ação do programa não se resumindo apenas à alfabetização; busca preocupar-se com o tipo de ensino trabalhado e como ele irá se desencadear no ensino fundamental e no médio (SILVA, 2013, p. 32).

No que se refere ao compromisso humano, o programa busca fortalecer palavras que enfatizam o valor da pessoa e a garantia da educação como um direito humano. Para o autor, esse viés vai ao encontro dos preceitos elaborados por Paulo Freire desde a década de quarenta e que foram reforçados ao longo da história da EJA. Nesse sentido, o compromisso humano “[...] deve caminhar na direção de uma formação que valorize o ser humano, o indivíduo em seu contexto social, fortalecendo sua história e seus anseios, promovendo sua autoestima e incentivando a sequência de seus estudos” (SILVA, 2013, p. 32).

Atualmente, a sociedade em geral vê a juventude e o adulto analfabeto como sinônimo de problema e motivo de preocupação. Para Friedrich et al (2010, p. 405), a juventude é uma fase marcada por contradições de elementos de emancipação e subordinação. Nesse processo, o adulto analfabeto se defronta com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, “[...] saber enfrentar a tecnologia da comunicação” para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos”.

---

8 Dados disponíveis em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=65>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

9 Nesse contexto, consideramos a tecnologia da comunicação de forma ampla, como um conjunto de materiais e/ou recursos tecnológicos disponíveis na sociedade e a disposição de diferentes sujeitos.

A seguir, dados coletados por meio do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava-PR, situado na região centro-sul do estado, serão apresentados. Justifica-se a escolha da referida região pelos seus índices de analfabetismo, mesmo com a atuação do programa Paraná Alfabetizado. É possível verificar os números referentes à alfabetização de adultos de 2011 a 2015, na Tabela 01.

**Tabela 1:** dados referentes à atuação do Paraná Alfabetizado na região central do Estado do Paraná.

Núcleo Regional	MUNICÍPIO	População com 15 anos ou mais não alfabetizada (Censo IBGE 2010)	Porcentagem de analfabetismo da população com 15 anos ou mais (Censo IBGE 2010)	Total de alfabetizados de 2011 a 2015 no Programa	Porcentagem de alfabetizados de 2011 a 2015 no Programa
GUARAPUAVA	CAMPINA DO SIMÃO	345	11,93%	85	24,6%
	CANDÓI	1 002	9,31%	125	12,4%
	FOZ DO JORDÃO	410	10,77%	1	0,2%
	GOIOXIM	669	12,80%	188	28,1%
	GUARAPUAVA	7 489	6,00%	211	2,81%
	PINHÃO	2 587	12,37%	93	3,59%
	RESERVA DO IGUAÇU	593	11,96%	50	8,43%
	TURVO	1 237	12,28%	81	6,5%
	<b>Total do NRE</b>	14 332	7,81%	834	5,81%

Fonte: Núcleo Regional de Educação de Guarapuava-PR (Adaptado).

Ao se olhar para os dados da Tabela 01, compreende-se que representam sujeitos históricos que estão inseridos em uma sociedade desigual, que não possibilita o real acesso à educação a todos. É notável que o Programa Paraná Alfabetizado ainda não conseguiu suprir a demanda, uma vez que ao se considerar a porcentagem da população alfabetizada no período de 2011 a 2015, os números ainda são pequenos. Isso quer dizer que, se em 2010 havia um total de 14.332 sujeitos analfabetos e de 2011 a 2015 foram alfabetizados um total de 834 sujeitos. Isso corresponde a um total de 5,81% de sujeitos alfabetizados.

Os números apresentados são significativos. Entretanto, são pequenos ao levar-se em consideração o período de cinco anos. A partir deles, questiona-se: quais fatores contribuíram com esses resultados? Nesse momento, devido ao caráter exploratório da pesquisa, ainda não há respostas que apontem para todos os fatores. Mesmo assim, a

partir do histórico da EJA e dos seus sujeitos, no Brasil, acredita-se que os resultados não satisfatórios podem estar relacionados a questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

A maior taxa de analfabetismo na região ocorre nos municípios de Pinhão, Turvo, Campina do Simão, Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu. A maioria desses municípios destaca-se economicamente nas áreas da agricultura, agropecuária e na indústria madeireira. Muitos dos sujeitos que integram esses ramos ainda possuem pouca escolaridade. Ainda, muitas vezes, não veem a educação escolar como um meio de aquisição cultural, social, financeira e intelectual, e sim, apenas como um meio de desenvolver atividades cotidianas ou para concorrer a uma seleção de emprego, já que a escolaridade é requisito básico. Nesse caso, o sujeito apenas ameniza sua condição financeira e não se emancipa cultural, social e politicamente.

Além disso, quando se trata de sujeitos trabalhadores, o cansaço físico por conta do trabalho pesado realizado no dia a dia, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, entre outros, acabam sendo impedimentos que contribuem para que não procurem o programa e/ou não prossigam com seus estudos. Outrossim, não se pode descartar as condições de deslocamento desses sujeitos, principalmente, aqueles que moram no campo e em regiões mais afastadas.

Outro fator que merece destaque, mesmo sabendo que se trata de um programa o qual exige a cooperação entre a sociedade civil, educadores, instituições governamentais e não governamentais, pode estar relacionado com a desvalorização profissional, já que os educadores são responsáveis por buscar alunos e mantê-los em sala de aula. Além disso, a bolsa remuneração é menor que o salário-mínimo, o que impede a dedicação exclusiva de professores a atividades de alfabetização. Nesse sentido, a qualidade da educação fica comprometida, tendo em vista que o programa não é atrativo aos profissionais da educação.

O PNE (2014), em sua meta 9 visa

elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014, p. 68).

Caso se caminhe no mesmo ritmo, a meta não será alcançada até 2024, pois, a partir dos números evidenciados, a média anual de alfabetização gira em torno de menos 2% na região. Esses dados ressoam como um alerta para a real efetivação do PNE, no que se refere à redução das taxas de analfabetismo, bem como para estrutura atual do programa Paraná Alfabetizado. Isso quer dizer que é preciso pensar em estratégias que possibilitem melhores resultados a partir do programa. Nesse cenário, além de dados quantitativos, os quais demonstram números e rendimentos palpáveis, o caráter qualitativo do programa também entra em cena, uma vez que necessitamos de uma educação de adultos de qualidade, que promova a emancipação social, política e econômica de sujeitos que participam do programa. É essencial que se atenda ao maior número possível de sujeitos, desde que se considere e se mantenha uma educação de qualidade.

Mesmo se tratando de um programa frágil que materializa a desvalorização profissional e não possui incentivos específicos necessários que possibilitem a permanência dos sujeitos na escola, destaca-se que o programa possui uma importância social significativa, pois possibilita o primeiro contato com as palavras e letras a muitos sujeitos, possibilitando um novo olhar ao mundo. Entretanto, há muito a ser reestruturado, principalmente, no que se refere à formalização do trabalho docente nesses espaços.

Os dados levantados instigam a busca por outras informações, as quais, devido a pesquisa possuir um caráter apenas exploratório, serão possíveis em trabalhos posteriores. A pesquisa abre caminho para um aprofundamento das informações e aponta para a necessidade de levantar quem são os sujeitos que foram alfabetizados e quais aqueles que, ainda, continuam à margem de uma sociedade alfabetizada. Ainda há um longo percurso a trilhar.

Além disso, ao se considerar a importância da qualidade da educação ofertada a jovens e adultos, a pesquisa abre possibilidades de investigação do processo pedagógico de alfabetização desses sujeitos. É preciso prosseguir em busca de dados qualitativos, a fim de investigar como ocorre, de fato, o processo de ensino no programa, investigando, por exemplo, o número de alunos por turma formada; a formação dos professores selecionados para o trabalho; a formação continuada desses profissionais durante a

atuação no programa; o acompanhamento pedagógico aos profissionais e, aos educandos, a proposta de avaliação utilizada, entre outros fatores.

Conhecer esses sujeitos e suas realidades possibilitaria apresentar e problematizar dados que permitem entender as razões que fazem com que ainda haja uma taxa de analfabetismo na região supracitada. Assim, justifica-se que as discussões desse trabalho não se esgotam aqui, mas abrem possibilidade para outras discussões que se somam à problemática apresentada.

#### **4 Considerações Finais**

A partir do que foi discutido até o momento, o artigo cumpre com seu objetivo, uma vez que apresenta o Programa Paraná Alfabetizado e discute sua atuação na região central do Estado do Paraná, de 2011 a 2015. Com esse estudo, foi possível conhecer um pouco da trajetória da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, bem como entender parte do histórico da EJA e de suas políticas de acesso à educação.

É notório que, nas últimas décadas, alguns programas contribuíram para a diminuição do número de analfabetos no país. Mesmo assim, o analfabetismo ainda é uma realidade presente na sociedade e, por mais que os números tenham melhorado nas últimas décadas, ainda é necessário investir em programas de alfabetização que atraiam jovens e adultos ao mundo escolarizado, visando à formação de sujeitos críticos e ativos. Nesse contexto, considera-se que o programa Paraná Alfabetizado carece de reestruturações e adaptações, principalmente ao que se refere à valorização profissional e a incentivos de permanência de educandos no programa. Essa necessidade é percebida quando se nota que a porcentagem de alfabetizados de 2011 a 2015 é mínima. Assim, é preciso que mais atenção seja dada a esses números, considerando que, por trás deles, há sujeitos históricos inseridos em diferentes realidades e que possuem uma cultura diferenciada.

Por fim, como se trata de uma pesquisa em movimento, os dados quantitativos apresentados instigam à busca de dados qualitativos, na tentativa de verificar a qualidade da educação que está sendo oferecida e apresentar propostas que possam contribuir com uma educação de qualidade e emancipadora. Assim, como já foi afirmado, essas discussões não cessam aqui.

## Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: UNESCO, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIEDRICH, Márcia. BENITE, Anna M. Canavarro. BENITE, Cláudio R. Machado. PEREIRA, Viviane Soares. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

NATH, Margarete Aparecida. **Alfabetização de jovens e adultos em Cascavel**: uma história em Construção. Cascavel, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento da Diversidade - Coordenação de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos. **Programa Paraná Alfabetizado**. Curitiba: SEED-PR, 2009.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria Estadual de Educação – SEED. Curitiba, 2006.

SILVA, Evandro Anderson. **As políticas públicas na educação de jovens e adultos a partir do Programa Paraná Alfabetizado (2004-2012)**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2013.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Ibpx, 2007.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.